

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE CETE

Nº 131/2023

Pressupostos:

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e fixam-se as competências das Câmaras Municipais que se consideram delegadas nas Juntas de Freguesia, através da denominada delegação legal, prevista no seu artigo 132º.

Para além dessas competências, o artigo 131º determina que os municípios podem delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas.

Assim, considerando:

- A promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;
- O facto do n.º 1 do artigo 120º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, determinar que a delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das juntas de freguesia se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos;
- Que tais contratos, nos termos do artigo 122º do mesmo diploma, devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências delegadas, devendo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9º e alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, ser aprovados pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal, respetivamente;
- Que a alínea l) do nº 1 do artigo 33º impõe às Câmaras Municipais a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia contratos de delegação de competências, competência essa delegada no Presidente da Câmara;
- Que nos termos da alínea ee) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal “Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”.
- Que se encontra a decorrer processo expropriativo, que visa a aquisição, por parte do Município de Paredes, dos terrenos para a construção do futuro Campo do Futebol Clube de Cete e ampliação do Parque Urbano.

Considerando ainda que:

- É convicção deste Município que as Freguesias do Concelho de Paredes garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional dos recursos que para tanto lhes são disponibilizados e que a celebração do presente contrato, não configura aumento da despesa pública;

Entre a **Câmara Municipal de Paredes**, enquanto órgão do Município de Paredes, NIPC 506656128, com sede no Parque José Guilherme, Paredes, representada pelo seu Presidente, José Alexandre da Silva Almeida, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo

35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, como Primeira Outorgante, e a **FREGUESIA DE CETE**, Pessoa coletiva de direito público nº 507 059 611, com sede na Rua de Fontielas, nº 2 – 4580-321 da referida freguesia de Cete, a seguir designada por segunda outorgante, aqui representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, Adriano José Moreira da Rocha, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, é celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, para efeitos do disposto no artigo 120º conjugado com o artigo 131º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto do Contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Paredes na Junta de Freguesia de Cete, para a elaboração dos projetos de arquitetura do futuro Campo do Futebol Clube de Cete e ampliação do Parque Urbano.

Cláusula 2.ª

Forma do contrato

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito.

Cláusula 3.ª

Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:

- a) O respetivo clausulado;
- b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e regime jurídico nela aprovado.

2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:

- a) O Código dos Contratos Públicos;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.ª

Prazo do contrato

O período de vigência do contrato de delegação de competências será até ao final do presente mandato.

CAPÍTULO II

(cumprimento do contrato)

Cláusula 5ª

(a forma de cumprimento do objeto do contrato)

A segunda outorgante poderá prosseguir as competências que lhe são cometidas por administração direta ou através de recurso a contratos de empreitada de obras públicas e aquisição de serviços.

CAPÍTULO III

Recursos Financeiros, patrimoniais e humanos

Cláusula 6.ª

Recursos Financeiros e modo de afetação

1 - Os recursos financeiros, destinados à execução do presente contrato de delegação de competências são disponibilizados pela Primeira Outorgante e transferidos para a segunda outorgante, mediante a apresentação de documentos de despesa.

2 - O valor global do contrato é de 50.000 Euros.

3 – As competências serão executadas pela Junta de Freguesia e terão em conta a rentabilização dos meios disponíveis, a eficiência na gestão, conciliadas com as necessidades mais prementes da população.

5 – Os pagamentos serão efetuados após apresentação dos documentos de despesa apresentados pelo segunda outorgante, e mediante disponibilidade financeira do Município.

6- Ao presente contrato foi atribuído o número de compromisso 2023/1835, efetuado com base no cabimento 2023/1677, datado de 25/07/2023.

Cláusula 7.ª

Recursos Patrimoniais

Os recursos patrimoniais, designadamente ferramentas, destinados à execução do presente contrato de delegação de competências serão disponibilizados pela segunda outorgante.

Cláusula 8.ª

Recursos Humanos

Os recursos humanos destinados à execução do presente contrato de delegação de competências serão disponibilizados pela segunda outorgante.

Cláusula 9.ª

Obrigações da Primeira Outorgante

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a primeira outorgante obriga-se ainda a:

- a) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- b) Validar os documentos de despesa e aprovar os relatórios de acompanhamento referente à execução das competências delegadas.

Cláusula 10.ª

Obrigações da segunda Outorgante

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a segunda outorgante obriga-se a:

- a) Entregar os respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pela primeira outorgante.
- b) Cumprir com todas as orientações e normas técnicas aplicáveis às atividades que foram objeto de delegação.
- c) Cumprir com todas as obrigações legais previstas no Código dos Contratos Públicos.

2 - A primeira outorgante pode, ainda, solicitar relatórios que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 11.ª

Ocorrências e emergências

A segunda outorgante deve comunicar à primeira outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1. A primeira outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato efetuando inspeções ou pedindo informações que considere necessárias.

2. As determinações da primeira outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a segunda outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

3. O gestor do presente contrato, é o Técnico Superior. Eng^o Manuel Agonia da Costa Graça.

CAPÍTULO IV

MODIFICAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 13.ª

Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 14.ª

Suspensão do contrato

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 15.ª

Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, a Primeira Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.ª

Revogação

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 17.ª

Caducidade

1- O contrato caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 18.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes Outorgantes, estas poderão ser dirigidas por qualquer meio escrito, designadamente correio normal, fax ou correio eletrónico.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do presente acordo de execução deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 20.ª

Entrada em vigor

O presente contrato interadministrativo de delegação de competências entra em vigor no dia útil seguinte à sua aprovação por todos os órgãos competentes de cada uma das autarquias.

Cláusula 21.ª

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da internet do Município de Paredes.

Paredes, 24 de agosto de 2023

Pela Primeira outorgante:

Pela Segunda outorgante:
